

Vêneto Energética S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vêneto Energética S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vêneto Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem fundos de pensão, bancos públicos e estatais, e na qual foram citadas determinadas empresas e ex-executivos do Grupo Econômico, do qual a Companhia faz parte.

Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, em junho de 2018, a Hidrotérmica S.A., controladora indireta da Companhia, foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente de Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido valor de propina em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Hidrotérmica S.A., nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Hidrotérmica S.A.. Diante desses fatos, a administração do Grupo contratou empresa especializada independente para coordenar e realizar investigações internas antifraude e de usos e fontes. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado das investigações internas independentes realizadas sobre os fatos apresentados, informando que não foram identificadas evidências de irregularidades. Com base nas informações conhecidas até o momento, na avaliação da administração, os impactos relacionados a este assunto, se houverem, não seriam relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Entretanto, como os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas ainda estão em andamento, até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2021, continha parágrafos de ênfases relacionadas aos mesmos assuntos apresentados nesse Relatório.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Vêneto Energética S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	58.151	32.705	Fornecedores	11	11.955	14.254
Contas a receber	5	7.648	9.042	Arrendamento mercantil	10	269	183
Estoques	6	143	89	Debêntures	13	18.743	15.743
Tributos a recuperar	7	2.023	1.708	Obrigações tributárias	12	923	904
Despesas antecipadas		63	60	Obrigações sociais e trabalhistas		820	273
Adiantamentos a fornecedores		88	213	Dividendos propostos	15	18.968	12.800
Total do ativo circulante		68.116	43.817	Total do passivo circulante		51.678	44.157
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Partes relacionadas	8	35.360	35.639	Arrendamento mercantil	10	1.242	-
Depósitos judiciais		97	76	Partes relacionadas	8	641	437
Outros ativos		70	70	Debêntures	13	89.109	97.291
Imobilizado	9	50.799	55.593	Passivos contingentes	14	185	263
Direito de uso - Arrendamento mercantil	10	1.459	204	Obrigações tributárias	12	-	6
Total do ativo não circulante		87.785	91.582	Total do passivo não circulante		91.177	97.997
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	15		
				Capital social		128.806	128.806
				Reservas de capital		(176.661)	(176.661)
				Reservas de lucros		60.901	41.100
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		13.046	(6.755)
Total do ativo		155.901	135.399	Total do passivo e patrimônio líquido		155.901	135.399

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	16	61.696	40.630
Custo do serviço	17	(10.761)	(8.612)
Lucro bruto		50.935	32.018
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18.a	(4.346)	(4.541)
Outras receitas (despesas) líquidas	18.b	283	2
Total despesas operacionais		(4.063)	(4.539)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		46.872	27.479
Despesas financeiras	19	(19.601)	(14.616)
Receitas financeiras	19	1.200	347
Resultado financeiro		(18.401)	(14.269)
Resultado antes dos impostos		28.471	13.210
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(2.502)	(2.102)
Lucro líquido do exercício		25.969	11.108
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	15	0,20	0,09

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>25.969</u>	<u>11.108</u>
Resultado abrangente total	<u>25.969</u>	<u>11.108</u>

Vêneto Energética S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Lucros a destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	128.806	(176.656)	2.140	30.490	-	(15.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.108	11.108
Destinação do resultado do exercício para:						
Constituição da reserva legal	-	-	555	-	(555)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.638)	(2.638)
Lucros a destinar	-	-	-	7.915	(7.915)	-
Transação de capital com controlador	-	(5)	-	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	128.806	(176.661)	2.695	38.405	-	(6.755)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.969	25.969
Destinação do resultado do exercício para:						
Constituição da reserva legal	-	-	1.298	-	(1.298)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(6.168)	(6.168)
Lucros a destinar	-	-	-	18.503	(18.503)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	128.806	(176.661)	3.993	56.908	-	13.046

Vêneto Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		28.471	13.210
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Encargos financeiros de empréstimos	19	-	125
Encargos financeiros de debêntures	19	9.403	8.580
Atualização de debêntures	19	10.085	4.809
Atualização de arrendamento	19	5	29
Reversões de contingências	18.b	(1.057)	-
Atualização de contingências	18.b	57	-
Provisão de contingências	18.b	922	165
Atualização do GSF		-	(3.926)
Amortização	17	543	409
Depreciação	17	4.796	4.796
		53.225	28.197
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	5	1.394	(5.169)
Tributos a recuperar	7	(315)	83
Depósitos vinculados - contas reserva	0	-	2.516
Estoques	6	(54)	(18)
Adiantamentos a fornecedores	0	125	(119)
Despesas antecipadas	0	(3)	4
Partes relacionadas - serviço compartilhado	8	(1.558)	-
Deposito Judicial	0	(21)	(10)
		(432)	(2.713)
Aumento nos passivos			
Fornecedores	11	(2.299)	14.035
Partes relacionadas - serviço compartilhado	8	641	-
Obrigações sociais e trabalhistas	0	547	(653)
Obrigações tributárias	12	(1.617)	(2.873)
		(2.728)	10.509
Pagamento de debentures	13	(16.411)	(12.175)
Pagamento de juros sobre debêntures	19	(8.259)	(8.389)
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(872)	(1.041)
		24.523	14.388
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Empréstimos realizados para partes relacionadas	8	(73.898)	(17)
IOF empréstimos realizados para partes relacionadas	8	(654)	-
Recebimento de empréstimos realizados para partes relacionadas	8	75.952	76
Transferência entre contas partes relacionadas	8	437	-
Adições no arrendamento mercantil	10	(1.798)	-
Compras no imobilizado	9	(2)	-
		37	59
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	10	(490)	(497)
Empréstimos obtido com partes relacionadas	8	2	-
Pagamento de empréstimos obtidos com partes relacionadas	8	(2)	-
Transferência entre contas partes relacionadas	8	(437)	-
Transação de capital com controlador	15	-	(5)
Adições no arrendamento mercantil	10	1.813	-
Pagamentos de financiamentos (principal)	0	-	(4.898)
		886	(5.400)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		25.446	9.047
Saldo no início do exercício	4	32.705	23.658
Saldo no final do exercício	4	58.151	32.705
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		25.446	9.047

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Vêneto Energética S.A. (“Companhia” ou “Vêneto”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Veranópolis – RS, cujo objeto social é a implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e de suas instalações de conexão, bem como a comercialização de energia elétrica gerada nesses empreendimentos.

A Companhia, por meio da Resolução nº 519/02, da ANEEL, obteve a autorização para implantação e exploração do potencial hidráulico da PCH Jararaca, na condição de produtor independente, com 28 MW(*) de potência instalada e 19,91 MW(*) de garantia física. O prazo de autorização é de 30 anos, com término em setembro de 2032, podendo ser prorrogada.

A energia elétrica produzida pela PCH Jararaca é totalmente comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), por um prazo de 20 anos, que se encerra em abril de 2028.

(*) Informações não financeiras não auditadas.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, o total do passivo circulante não excedeu o total do ativo circulante (excedeu em R\$ 340 em 31 de dezembro de 2020). O CCL é impactado fortemente pelo saldo acumulado de dividendos propostos no montante de R\$ 18.968 (R\$ 12.800 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava patrimônio líquido positivo de R\$ 13.046 (R\$ 6.756 patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) negativo em 31 de dezembro de 2020) impactado pela apresentação do saldo de mútuo a receber com sua controladora direta como transação de capital com acionistas e, conseqüentemente, redutor no Patrimônio Líquido, em conta de reserva de capital no montante de R\$ 176.661 (R\$ 176.661 em 2020 (vide Nota Explicativa nº 8 e 15 (b))).

Investigações e medidas judiciais em andamento

A Companhia é parte relacionada de determinadas empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico que foram citadas em uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada “Operação *Greenfield*”, e ainda, a Companhia foi citada em notícias envolvendo supostos atos ilegais e de corrupção cometidos por alguns de seus antigos administradores. Em conexão com esses fatos, a Companhia contratou os serviços de uma empresa de investigação forense antifraude, cujo escopo compreendeu a revisão e verificação da documentação relativa à contratação de serviços e aquisições de bens de 39 fornecedores, pelas empresas do grupo entre 31 de dezembro de 2008 a 31 de julho de 2017. A conclusão do trabalho constatou que não foram identificados, através dos procedimentos adotados, indícios de irregularidades nos fornecedores analisados, decorrentes dos testes aplicáveis. Contudo, a auditoria forense concluiu que poderia haver risco potencial em parte das transações e relações comerciais de empresas do grupo com os fornecedores que tiveram o seu risco combinado classificado como “Alto”.

A Companhia iniciou o trabalho de levantamento de informações adicionais sobre os fornecedores de alto risco, de modo a apurar eventuais direitos da Companhia contra as empresas, e utilização das informações em processos judiciais e arbitrais em andamento. Em junho de 2018, a Companhia foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente do Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido propina no valor estimado de R\$ 1,5 milhão em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Companhia, nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Companhia.

A auditoria forense acima referida, também realizou uma investigação sobre essa notícia, e concluiu que não houve registros de pagamento que viessem a caracterizar indícios de irregularidade, mesmo assim, recomendou uma investigação aprofundada sobre esses fatos. Nesse sentido, e em atendimento à política de *compliance* e antifraude da Companhia, foi aberto e concluído um processo detalhado de sindicância interna, de modo a apurar e auditar todos os pagamentos realizados no período, bem como, eventuais contratos de fechamento de câmbio. O processo de sindicância interna também não resultou em nenhum indício de irregularidade.

Programa de Compliance da Companhia

Em consonância com a Lei nº 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, no final de 2016 criou uma área de Compliance, que adotou novas políticas, dentre elas implantou o Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, a fim de garantir que as relações com os “Stakeholders”, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidas com ética, lisura e transparência. O canal de ética é um serviço de comunicação independente a qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que assegura o sigilo e tratamento adequado dos relatos. Os canais de comunicação estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana, através do telefone: 0800-891 4636, e-mail: etica.hidrotermica@resguarda.com e site: www.resguarda.com/canaleticahidrotermica.

Covid-19

Impactos

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (COVID-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos.

A Administração da Companhia segue observando e monitorando o desenvolvimento da pandemia proveniente da Sars-Cov2, bem como os casos da variante da nova cepa Ômicron.

No exercício de 2021, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foram adequadas as atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades de forma remota e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas, onde não for possível estabelecer o trabalho remoto, foi realizado o monitoramento constante dos cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco para o trabalho remoto; **(ii)** a disponibilização de recursos de segurança, tais como máscaras e álcool gel, em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(v)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a COVID-19.

Adicionalmente, visto a evolução e ampliação do cenário de vacinação, a Companhia instituiu o monitoramento e o mapeamento do quadro de vacinação dos colaboradores das áreas administrativas e operacionais, garantindo a vacinação de todo o quadro de colaboradores.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas presentes demonstrações financeiras, a Administração está evidenciando, apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração realizada em 18 de março de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo (aplicações financeiras).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas prospectivamente. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro referem-se ao registro de:

- **Nota Explicativa nº 9:** avaliação da vida útil do ativo imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo prazo da autorização pela Companhia. Adicionalmente, anualmente, a Administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 14:** contingências - reconhecimento e mensuração das contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente, pelo faturamento dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia ("Proinfa"), os quais são coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e gerenciados pela Eletrobras, em que toda energia produzida tem garantia de contratação pela Eletrobras.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente:

- Receita de juros e variação monetária; e

- Despesa de juros, variação monetária, multas e fianças bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos são classificados nas atividades de financiamento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração inicial

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

No exercício de 2021, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii. Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente – lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente da Companhia são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

Sobre a base de cálculo apurada, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos não recuperáveis e armazenamento.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis dos bens, limitadas pelos prazos das autorizações quando não há previsão de indenização do valor residual dos ativos ao término do período autorizativo ou concessivo.

f. Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos, através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera sua usina como uma única unidade geradora de caixa.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros, estimados a uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

i. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- **Contratos Onerosos** – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)** – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- **IFRS 17 Contratos de Seguros** - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	8.228	5.662
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>49.923</u>	<u>27.043</u>
Total	<u>58.151</u>	<u>32.705</u>

O saldo de bancos é constituído por saldos de depósitos à vista em instituições financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,74% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 7.648 (R\$ 9.042 em 31 de dezembro de 2020) corresponde ao saldo a receber de suprimentos de energia de contratos firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“Proinfa”) pelo prazo de 20 anos, encerrando em 29 de abril de 2028, cujo prazo médio de recebimento é de 30 dias.

6. Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 143 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a peças e sobressalentes para manutenção da usina.

7. Tributos a recuperar

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IPRJ	1.602	1.602
IRRF	80	84
CSLL	129	5
PIS	1	1
COFINS	4	4
ISS	13	12
IOF	194	-
Total	<u>2.023</u>	<u>1.708</u>
Circulante	2.023	1.708

Os principais valores, referem-se a retenções de tributos realizadas por clientes, pertencentes à administração pública federal, que são obrigados a reter 5,85% de IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre os pagamentos que efetuam a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviço.

8. Partes relacionadas

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, sua controladora e outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos na posição patrimonial e no resultado estão descritos a seguir:

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>		
	Serviços compartilhado ativo (a)	Empréstimo ativo	Serviços compartilhado passivo (a)	Empréstimo ativo	Empréstimo passivo
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN	62	3.594	-	3.594	-
Quartel Três Energética S.A.	-	-	-	4	-
Bongiomo Energética S.A.	-	2.194	-	3.846	-
Hidrotérmica Comercializadora S.A.	-	43	59	43	-
Hidrotérmica S.A.	-	27.944	155	27.944	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA	210	12	-	12	-
Cerp - Companhia Energética Rio da Prata	34	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	121	825	-	825	-
Flame Nova Aratu Holdings	-	-	13	-	-
Borborema Energética S.A.	161	-	-	-	-
Brasilterm Energia S.A.	-	3	-	3	-
Brasilterm Participações S.A.	91	-	-	-	-
Termétrica Pernambuco III S.A.	271	6	-	6	-
Da Ilha Energética S.A.	111	-	-	-	437
Boa Fé Energética S.A.	-	-	144	-	-
Criuva Energética S.A.	76	-	-	177	-
São Paulo Energética S.A.	70	-	-	-	-
Serrana Energética S.A.	71	-	-	-	-
Serra Verde Energética S.A.	50	-	-	-	-
Autódromo Energia S.A.	-	-	270	5	-
Termétrica Rio Grande	-	5	-	5	-
Mesa Participações S.A.	101	-	-	-	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	130	-	-	-	-
Provisão para Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (i)	-	(825)	-	(825)	-
Total	<u>1.559</u>	<u>33.801</u>	<u>641</u>	<u>35.639</u>	<u>437</u>

- (i) A Administração reavaliou seus ativos financeiros com partes relacionadas, a fim de verificar se há indicação de perdas esperadas na liquidação. A Administração identificou que os ativos financeiros (mútuos) com a Bolognesi Energia S.A. apresentam risco relevante de não recebimento, além do agravamento da situação financeira da Bolognesi Energia S.A., que possui, em 31 de dezembro de 2021, capital circulante líquido negativo, passivo significativo com parte relacionadas, que apresentam natureza subordinada frente às demais obrigações de Bolognesi Energia S.A. e patrimônio líquido negativo.

Desta forma, a Administração da Companhia determinou que os valores de mútuos a receber da Bolognesi Energia S.A. fossem ajustados em sua totalidade, por meio de provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantém operação de mútuo financeiro a receber com sua Controladora direta Cia Energética Rio da Prata S.A. no valor de R\$ 176.661. A Administração da Companhia analisou a natureza e as características da operação, os fluxos de caixa contratual do ativo não são do tipo “principal mais juros”, inclusive, quanto à previsão contratual de liquidação do valor a pagar não estabelecer, especificamente, que se dará por meio da entrega de caixa e equivalentes de caixa, e concluiu que, na essência, trata-se de transação de capital realizada com a controladora direta e que, para melhor apresentação desta operação nas demonstrações financeiras da Companhia, está apresentando o saldo de mútuo a receber, como redutor no Patrimônio Líquido, em conta de reserva de capital. (Nota Explicativa nº 15 (b)).

A Companhia mantém operações de mútuos com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros.

Movimentação líquida de partes relacionadas

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo inicial	35.639	(437)	35.699	(438)
Empréstimo concedido / obtido	73.898	(2)	-	-
Serviços compartilhados	1.558	(641)	-	-
Pagamentos/Recebimentos de principal	(75.952)	2	17	1
IOF	654	-	-	-
Transferência de créditos com partes relacionadas	(437)	437	(77)	-
Saldo final	35.360	(641)	35.639	(437)

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram alocados R\$ 166 na Companhia (R\$ 128 em 31 de dezembro de 2020) referem-se as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida).

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos	4,23%	1.816	(1.023)	793
Reservatório, barragens e adutoras	4,27%	35.963	(20.264)	15.699
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,26%	44.236	(24.917)	19.319
Máquinas e equipamentos	4,06%	34.223	(19.265)	14.958
Móveis e utensílios	6,25%	6	(3)	3
Veículos	14,29%	63	(36)	27
Total do imobilizado em serviço		116.307	(65.508)	50.799
Total do imobilizado		116.307	(65.508)	55.593

b. Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021	
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos	868	-	(75)	793
Reservatório, barragens e adutoras	17.182	-	(1.483)	15.699
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.142	-	(1.823)	19.319
Máquinas e equipamentos	16.368	2	(1.412)	14.958
Móveis e utensílios	3	-	-	3
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Veículos	30	-	(3)	27
Total do imobilizado em serviço	55.593	2	(4.796)	50.799
Total do imobilizado	55.593	2	(4.796)	50.799

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou teste de perda do valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*), segregado por unidade geradora de caixa de acordo com o CPC 01, para assegurar que seu ativo esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*). De acordo com as premissas adotadas não foi identificada a necessidade de registro de *impairment*.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

A norma CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e,
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contrato de arrendamento referente à locação do imóvel onde está localizado o escritório.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção inicial do CPC 06 (R2) e suas respectivas movimentações no final do exercício, findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas a seguir:

Ativo

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	204	613
Principal (i)	1.798	-
Amortização	(543)	(409)
Saldo Final	1.459	204

Passivo

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo Inicial	183	651
Principal	1.813	-
Variação Monetária	5	29
Pagamento	(490)	(497)
Saldos Final	1.511	183
Circulante	269	183
Não Circulante	1.242	-

11. Fornecedores

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ajuste Financeiro Eletrobras (i)	11.130	14.168
Materiais e serviços	825	86
Total	11.955	14.254
Circulante	11.955	14.254

(i) O montante apresentado refere-se ao ajuste financeiro do GSF – Generation Scaling Factor do exercício corrente, que será compensado no próximo exercício, sendo provisionado o resultado do deslocamento de geração hidrelétrica subtraído da liquidação da energia assegurada. A receita de venda de energia da Companhia é vinculada a energia assegurada e a geração depende das condições hidrológicas, o valor provisionado é o deslocamento apresentado no exercício.

12. Obrigações tributárias

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IOF	414	414
ICMS	3	2
PIS e COFINS s/faturamento	128	267
ISSQN	2	2
CSLL parcelamento	-	16
IRPJ	261	153
CSLL	101	48
Tributos e contribuições retidas na fonte	14	8
Total	923	910
Circulante	923	904
Não circulante	-	6

13. Debêntures

a) Composição

<u>Descrição</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
BTG Pactual	7,80% a.a. + IPCA	107.852	113.034
		<u>107.852</u>	<u>113.034</u>
Circulante		18.743	15.743
Não circulante		89.109	97.291

O custo médio de captação das dívidas em 31 de dezembro de 2021 é de 7,80% a.a. + IPCA (em 31 de dezembro de 2020 é de 7,80% a.a. + IPCA).

b) Principais características

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu série única a 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão.

O valor total da Emissão foi de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), as debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures são escriturais e normativas, sem emissão de cautelas ou certificados, terão garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

O valor unitário ou o sado do valor nominal unitário das debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures.

O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais sempre no dia 15 de cada mês, e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de janeiro de 2020 e a última em 15 de dezembro de 2025.

O vencimento antecipado encontra-se previsto na cláusula de 6.2 a 6.7 da Escritura de Debêntures da Vêneto Energética S.A.

c) Cláusulas restritivas

As principais obrigações contratuais que se descumpridas ensejam em vencimento antecipado da dívida são:

- Não pagamento do principal, remuneração ou qualquer obrigação pecuniária nas datas de vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, intervenção, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência;
- Transformação da Companhia em outro tipo societário;
- Descumprimento de garantias;
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para operar da Companhia;
- Pedido de recuperação judicial ou submissão de qualquer credor ou de classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela CERP ou por suas controladas diretas; e
- Distribuição de dividendos, resgate de reserva de capital, juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra participação no lucro estatutário.

Garantias:

Para esse contrato, foram fornecidas as seguintes garantias:

- Penhor das ações da Companhia; e
- Direitos creditórios provenientes da comercialização de energia.

d) Cronograma de desembolso do passivo não circulante

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
2022	-	19.537
2023	25.702	22.793
2024	28.701	26.048
2025	34.706	28.913
Total	<u>89.109</u>	<u>97.291</u>

e) Movimentação debêntures:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	113.034	120.209
Pagamento de principal	(16.411)	(12.175)
Apropriação Juros	9.403	8.580
Pagamento de juros	(8.259)	(8.389)
Atualização de debêntures	10.085	4.809
Saldo final	<u>107.852</u>	<u>113.034</u>

14. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração da Companhia, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **a)** perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; **b)** perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

a. Riscos provisionados

Trata-se de ações na esfera trabalhista.

Não circulante	<u>31.12.2021</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2020</u>
Cível	-	3	9	(12)	-
Trabalhista	185	919	48	(1.045)	263
Total	<u>185</u>	<u>922</u>	<u>57</u>	<u>(1.057)</u>	<u>263</u>

b. Riscos não provisionados

O quadro abaixo trata-se de processos classificados como perda possível, por esse motivo não foram provisionados.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Tributária (i)	1.635	1.591
	<u>1.635</u>	<u>4.497</u>

- (i) A Companhia possui processos administrativos tributários: relativos ao IRPJ e CSLL devidos pela Companhia cujos pedidos de compensação (PERDCOMP) não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2021, o valor possível de perda de R\$ 1.635 (R\$ 1.591 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 128.806, dividido em 128.806.000 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e seis mil) ações ordinárias, pertencentes a Cia Energética Rio da Prata S.A. (99,99%) e Bolognesi Energia S.A. (00,01%). Do montante total do capital, R\$ 74.579 foi integralizado em moeda corrente nacional e R\$ 54.227, com registro de potenciais hidrelétricos (R\$ 7.156) e sua respectiva reavaliação (R\$ 47.071).

Reserva legal

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	25.969	11.108
Base de cálculo reserva legal	25.969	11.108
Reserva Legal 5%	<u>1.298</u>	<u>555</u>

Dividendos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Base de cálculo reserva legal	25.969	11.108
Reserva legal	(1.298)	(555)
Base dividendos	<u>24.671</u>	<u>10.553</u>
Dividendos 25%	<u>6.168</u>	<u>2.638</u>

O montante acumulado de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 18.968 (R\$ 12.800 em 31 de dezembro de 2020). O valor não é pago em função da cláusula restritiva (*covenants*) das debêntures.

b. Reserva de capital

Transação de capital com controlador

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Companhia Energética Rio da Prata S.A	176.661	176.661
Total	<u>176.661</u>	<u>176.661</u>

Movimentação transação de capital com controlador

Saldo em 31.12.2020	<u>176.656</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>176.656</u>

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantém transações de capital com sua controladora direta no montante de R\$ 176.661, com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados em agosto de 2017 entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros, cuja realização futura provavelmente se dará pela distribuição de dividendos e/ou redução do capital social da Companhia.

16. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta de vendas	<u>66.984</u>	<u>52.857</u>
Fixa	<u>66.984</u>	<u>52.857</u>
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(2.320)	(2.015)
Ajuste financeiro Eletrobras (i)	<u>(2.968)</u>	<u>(10.212)</u>
	<u>(5.288)</u>	<u>(12.227)</u>
Receita operacional líquida	<u>61.696</u>	<u>40.630</u>

(i) O montante apresentado refere-se ao ajuste financeiro do GSF – *Generation Scaling Factor* do exercício corrente (vide nota explicativa 11).

17. Custo do serviço

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Seguro GSF	(2.407)	(732)
Encargo de uso do sistema de transmissão	(963)	(839)
Pessoal	(1.171)	(1.152)
Materiais	(99)	(64)
Serviços de terceiros	(468)	(354)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(335)	(131)
Depreciação e amortização	(4.796)	(4.796)
Serviços de vigilância e limpeza	(264)	(287)
Seguros	(117)	(146)
Outros	<u>(141)</u>	<u>(111)</u>
Total de custos	<u>(10.761)</u>	<u>(8.612)</u>

18. Despesas operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Pessoal e administradores	(1.521)	(1.616)
Serviços de terceiros	(2.129)	(2.846)
Arrendamentos e aluguéis	(601)	(533)
Seguros	(41)	(11)
Outros	<u>(54)</u>	<u>465</u>
Total de despesas	<u>(4.346)</u>	<u>(4.541)</u>

b) Outras receitas, líquidas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Outras receitas / despesas	148	2
Provisão/ Reversão para contingências	<u>135</u>	<u>-</u>
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>283</u>	<u>2</u>

19. Resultado financeiro

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita sobre aplicação financeira	1.200	347
Total de receitas financeiras	<u>1.200</u>	<u>347</u>
Juros das debêntures	(9.403)	(8.580)
Juros de financiamentos	-	(17)
Variações monetárias passivas	(61)	(53)
Variação monetária debêntures (i)	(10.084)	(4.809)
Multas	(15)	(72)
Despesas bancárias	(20)	(25)
IOF	(15)	(10)
Outras despesas financeiras	(3)	(1.050)
Total de despesas financeiras	<u>(19.601)</u>	<u>(14.616)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.401)</u>	<u>(14.269)</u>

(i) O aumento na rubrica é reflexo da variação 5% do IPCA comparando ao exercício anterior, sendo o indexador das debêntures da Companhia.

20. Imposto de renda e contribuição social corrente

Cálculo IRPJ e CSLL		31.12.2021	31.12.2020
Receita de venda de energia elétrica		66.984	52.857
Receita de aplicação financeira		1.200	347
Outras receitas		159	1.116
		68.343	54.320
Base de cálculo da contribuição social			
	12%	8.038	6.343
	100%	1.359	1.463
		9.397	7.806
Contribuição social devida (9%)		(846)	(703)
CSLL retido na fonte		624	-
Contribuição social devida (9%)		(222)	(703)
Base de Cálculo IR - Pessoa Jurídica			
	8%	5.359	4.229
	100%	1.359	1.463
		6.718	5.692
IRPJ Devido			
15%		(1.008)	(854)
Adicional-IR 10% (240)		(648)	(545)
Imposto de Renda retido na fonte		947	-
Imposto de renda devido (25%)		(709)	(1.399)
Imposto de renda e contribuição social devidos		(2.502)	(2.102)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	58.151	58.151	32.705	32.705
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	7.648	7.648	9.042	9.042
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	97	97	76	76
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	35.360	35.360	35.639	35.639
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	11.955	11.955	14.254	14.254
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	641	641	437	437
Debêntures	Custo amortizado	Nível 1	107.852	89.539	113.034	92.687
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 1	1.511	1.511	183	183

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato:

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	11.955	11.955	11.955	-	-
Debêntures	107.852	107.852	18.743	25.702	63.407
Financiamento por arrendamento mercantil	1.511	1.511	269	680	562

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração. Com relação a créditos com clientes, a Companhia vende exclusivamente com a Eletrobras, com baixo risco de crédito, no âmbito do Proinfa.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	58.151	32.705
Depósitos vinculados - contas reserva	97	76
Contas a receber	7.648	9.042

c. Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	58.151	32.705
Depósitos vinculados - contas reserva	97	76
Passivos		
Fornecedores	11.955	14.254
Partes relacionadas	641	437
Debêntures	107.852	113.034

Análise de sensibilidade**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2021**

A Administração considerou como metodologia para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do indexador, conforme indicado, em 31 de dezembro de 2021. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos (empréstimos, financiamentos e Debêntures)

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição líquida TJLP	44.961	67.441	89.539	112.402	134.882
Impacto da variação	(44.578)	(22.098)		22.863	45.343

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto, quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas, e calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

d. Risco regulatório

As atividades Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia.

e. Risco hidrológico

A energia vendida pela PCH depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador.

As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe à Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos; e
- Fornecedores.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, conforme vigências apresentadas a seguir:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26/04/2022	Axa Brasil S.A.
Risco Operacional	140.630	04/04/2022	Axa Brasil S.A.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *